



ELD



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVIII - N.º 210

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Maio 1992 — 100\$00

14MAI92 — 18.º Aniversário da ADFA



- «O Governo está a desenvolver o sentido solidário da Nação em relação aos que sacrificaram o melhor que tinham de si mesmos.»

— *Secretário de Estado da Defesa Nacional, 14MAI92*

- «Uma política de reabilitação tem que ir beber às fontes. E quem sabe de reabilitação são os deficientes e os seus familiares.»

— *Governador Civil de Coimbra, 15MAI92*



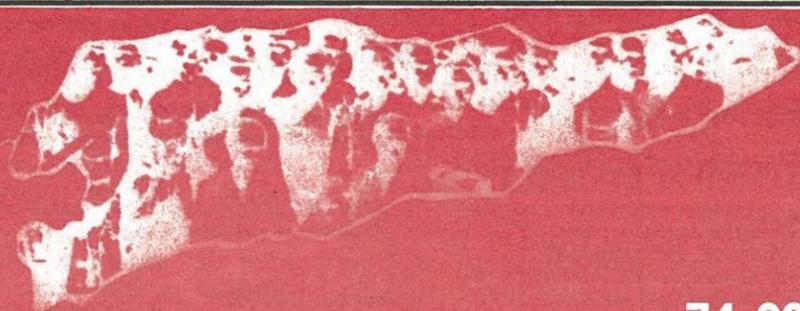
- «Julgo que todos estamos de acordo em que há já muito que exercemos o pleno direito de tomar conta dos nossos destinos.»

— *Presidente da Direcção Central da ADFA, 14MAI92*

- General Loureiro dos Santos, CEME, reitera apoio da Instituição Militar ao trabalho desenvolvido pela ADFA

- Criado na Sede, em articulação com os estabelecimentos hospitalares militares, um serviço de apoio psicossocial aos associados internados

- Novo Secretário Nacional de Reabilitação, na tomada de posse, afirma papel fundamental da pessoa deficiente, e das suas organizações, numa política de reabilitação integrada e coerente



A ti, povo irmão de

TIMOR

74-92, 18 anos em que não te esquecemos



ASSINATURA

Informam-se os nossos assinantes de que o preço de assinatura anual do ELO, para 1992, é de 1000\$00 (11 números).

Sabendo que continua a ser um valor simbólico, não queremos deixar de informar que tal tem origem não só na normal inflação, como também na melhoria do papel utilizado, nos custos elevados da policromia e na frequente necessidade de maior número de páginas, acontecendo até que, tal como certamente se verificará também este ano, o anúncio de aumento do custo de papel costuma ser posterior à nossa actualização.

Acreditando poder continuar a contar com o seu interesse e atenção, salientamos que, actualmente, o pagamento da assinatura deve ser feito pessoalmente no serviço de contabilidade da Sede, ou nas Delegações, ou através de cheque ou vale de correio, emitido em nome da ADFA e dirigido a:

ADFA-ELO/Serviço de contabilidade
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos

1194 LISBOA CODEX

Tabela de publicidade

Informa-se que a tabela de publicidade do ELO para 1992 é a seguinte:

1 página	72 000\$00
1/2 página	42 000\$00
1/4 página	24 000\$00
1/6 página	15 000\$00

— Módulos	
1 espaço (5 linhas)	420\$00
2 espaços (10 linhas)	720\$00
4 espaços (20 linhas)	1200\$00

Nota: Todos os anúncios estão sujeitos à taxa de 17%.

Anúncio até 10 palavras, a 1 coluna, para sócios é grátis.



Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Tiveram lugar a 23 e 24 deste mês as comemorações do 131.º aniversário da SHIP, destacando-se, das várias cerimónias, a sessão solene que decorreu no Salão Nobre do Palácio da Independência e que, presidida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, em nome do Ministro da Defesa, contou com a presença de inúmeras personalidades, tendo a ADFA estado representada pelos Presidente e Vice-Presidente da Direcção Central.

Por curiosidade, registem-se que foi então inaugurado o Jardim Setecen-

tista do Palácio, numa recuperação, à época, do espaço das traseiras onde esteve a central eléctrica e que chegou a ser pensado transformar em ginásio para reabilitação.



União dos Veteranos do Afeganistão

Deslocou-se à Sede da ADFA, no passado dia 18, o Adido de Defesa da Embaixada da Rússia, em Portugal, ten. coronel Ivan Smitchnik, a fim de, pessoalmente, fazer entrega ao Presidente da Direcção Central da ADFA de um convite da União de Veteranos do Afeganistão para estar presente ao seu 1.º encontro, a realizar ainda este ano, em Moscovo.



«Guerra colonial e 25 de Abril»

Em 7 e 13 deste mês realizaram-se, respectivamente na Escola Roque Gameiro, na Amadora, e na Escola de Rio de Mouro (Sintra), conferências subordinadas ao tema comum «Guerra colonial e o 25 de Abril», tendo participado em ambas, como orador convidado, o nosso sócio Jorge Maurício, responsável pelo DASC.

De referir o enorme interesse manifestado, em qualquer dos locais, pela assistência, formada essencialmente por alunos

dos 11.º e 12.º anos, que encheram completamente as salas, tendo sido aproveitado o período de debate para a apresentação de variadíssimas perguntas e dúvidas, já que, como foi por diversas vezes dito, «estamos a ouvir contar coisas de que nunca ninguém nos falou»...

Os colóquios, o primeiro dos quais integrado num ciclo dedicado à «Década de 60», organizado pela própria escola, e o segundo da iniciativa de um grupo de alunos, a fazer um trabalho sobre o tema tratado, foram apoiados por exposições fotográficas em que participou, também, a ADFA.

«O ÁLCOOL MATA»

Recordam-se, certamente, os nossos leitores, da série de artigos que, sob este tema, foram publicados, ainda há bem pouco tempo, no nosso jornal, não se tendo pretendido, com eles, «proibir-se» a ingestão de bebidas alcoólicas, mas tão-somente alertar para os sempre perigosos excessos, com toda a sua carga de problemas pessoais, familiares e sociais.

Hoje, digamos que em complemento dessa ideia e porque, apesar de não haver qualquer desvantagem em não beber, compreendemos que, entre outras razões, numa sociedade ainda com demasiados resquícios de marialvismo e forte necessidade de «fuga» e/ou afirmação, é difícil não o fazer, quer às refeições ou fora delas, vamos transcrever, do último número da revista «Proteste» — curiosamente a mais lida pelos sócios que responderam ao recente questionário associativo —, uma sua tábuca de preceitos a seguir por quem, bebendo, não deseja diminuir-se ou escravizar-se, daí apenas tirando prazer, sem incomodar ou prejudicar terceiros e, note-se, conseguindo, ainda, ultrapassar alguns outros problemas que surgem no quotidiano de qualquer pessoa.

«10 mandamentos do bebedor moderado»

- 1 — Tome bastantes bebidas não alcoólicas. Tenha sempre uma reserva suficiente de bebidas frescas isentas de álcool.
- 2 — Tome bebidas alcoólicas por gosto, por prazer, e não para matar a sede.
- 3 — Prefira bebidas com pouco álcool, como vinho ou cerveja, e evite as bebidas fortes («whisky», «brandy», «bagaço», «aguardente»...)
- 4 — Escolha produtos de muito boa qualidade. Torne-se um bom conhecedor em vez de um grande bebedor.
- 5 — Não beba para combater a solidão, e evite a companhia de grandes bebedores.
- 6 — Nunca tome álcool em jejum, mas apenas às refeições: assim a TAS (Taxa de Álcool no Sangue) não subirá tanto.
- 7 — Fixe antecipadamente uma quantidade máxima, e não a ultrapasse em caso algum.
- 8 — Nunca beba quando estiver triste, contrariado, tenso ou ansioso. O álcool não é um medicamento, e a longo prazo mostra-se ineficaz para levantar o moral.
- 9 — Em caso de «stress», descubra uma boa maneira de se descontraír: passear, comer, conversar, jogar, etc.
- 10 — Uma sessão diária de «jogging» dá mais bem-estar do que alguns copos. Tente encontrar outras fontes de satisfação: o amor, um «hobby» ou outro tipo de ocupação.

ADME

Comparticipação em consultas e visitas domiciliárias

Tendo sido alterado pelo Ministério da Saúde o preço de custo da consulta externa em hospital central, e estando determinado que o quantitativo limite da comparticipação da «assistência na doença» aos beneficiários das ADM, nas modalidades em regime de livre escolha, deve ser idêntico àquele, informa-se que o valor máximo a considerar pela ADME, nessas situações, passa a ser, a partir de 01JUN92, de 2860\$00.

TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: *Tipografia-Escola ADFA*

(sr. Mário Mendes)

H. M. P. — Anexo Campolide

R. Artilharia Um, n.º 107

1200 LISBOA

☎ 65 35 93



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Os textos assinados não re-
produzem, necessariamente,
as posições da ADFA
ou da Redacção do ELO,
sendo da exclusiva respon-
sabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1000\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

—Chefe do Estado-Maior do Exército recebe a Direcção Central

No passado dia 20 deste mês, o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Loureiro dos Santos, recebeu, para mais uma audiência de trabalho, a Direcção Central da ADFa, nas pessoas dos seus Presidente e 2.º Secretário.

Dos vários assuntos que constavam da «agenda» do encontro, foram mais longamente abordados os relacionados com a nova Sede — estado actual das obras, custos e financiamento, equipamento e mudança —, a assistência médica presta-

da pelos hospitais militares — contactos com os respectivos Directores no sentido do apoio aos sócios internados, deslocações ao estrangeiro e Gabinete do Utente —, o relacionamento com entidades e serviços militares — encontro com o Director do Serviço de Justiça e Disciplina e contactos com os DRM relativos a processos de acidente e/ou doença quando adquiridos durante a prestação do serviço militar —, a cooperação entre os membros da União dos Antigos Combatentes de

Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau — próxima realização, na Sede, de novo Curso de Formação de Quadros Associativos e apoios logísticos inerentes —, e reinstalação da Tipografia-Escola.

Já bem conhecedor de todos os «dossiers», o general CEME mostrou, mais uma vez, o seu profundo interesse na resolução das várias questões apresentadas, quer por acção directa, nas do seu Gabinete dependentes quer por disponibilidade

de contactos, nas restantes, nomeadamente quanto, quer a apoios específicos no equipamento da nova Sede e transferência de serviços quer ao curso de formação de quadros associativos.

Tendo sido aceite pelo general Loureiro dos Santos o convite que pela Direcção lhe foi feito para visitar as obras da nova Sede, a marcação da data respectiva ficou dependente do seu possível enquadramento num deslocamento conjunto de todas as Chefias militares.

APOIO PSICOSSOCIAL, AOS SÓCIOS

novo serviço na Sede

Na continuação de procura de uma melhoria de serviços de apoio psicossocial aos deficientes militares, em especial, pelas suas características e maiores necessidades próprias, aos grandes deficientes, várias acções têm sido levadas a cabo, não só a nível interno como também externo, considerando sempre que só de uma perfeita interligação entre elas poderá haver resultados concretos e positivos.

Assim, foram já realizados — após a reestruturação de serviços da Sede que levou à criação de um Departamento de Reabilitação com várias valências, de forma a permitir dar resposta, também, aos diversos problemas existentes —, contactos com alguns dos responsáveis pelos estabelecimentos hospitalares dos três Ramos das Forças Armadas, com o fim de ser estudado o melhor acompanhamento dos associados que neles se encontram internados, a par de prosseguirem as diligências quer para a prometida instalação do Gabinete do Utente, quer para a desejável criação de uma

unidade intermédia de fisioterapia, com 4 a 6 camas, com localização a ser devidamente ponderada pelos vários serviços.

Após reuniões, do presidente da DC e do responsável pelos GOS, que se fizeram sempre acompanhar da técnica de Serviço Social da Sede, dr.ª Gracinda Benedito, com os Directores dos Hospital Militar Principal (28ABR), Hospital da Força Aérea (29ABR) e Hospital Militar de Belém (5MAI), respectivamente coronéis médicos, dr. Eduardo Mota, dr. Augusto Penela e dr. António Pedro, assim como de contactos estabelecidos com os diversos responsáveis de aceitação de doentes, encontros em que ficou bem expressa a grande vontade de todos os intervenientes em contribuir para um melhoria acentuada das condições de atendimento e acompanhamento dos deficientes militares, não só em consulta como, muito principalmente, quando em internamento, com o reconhecimento geral da especificidade de situações e dificuldades, foi decidido que a ADFa,



342 62 47

ADFA responde à tua chamada

com o seu pessoal, passe a poder apoiar, no próprio local, os seus associados internados, disponibilizando-se os serviços hospitalares para informarem a Associação de todos os casos que lá aparecem, permitindo ainda, e quando isso se torna necessário, visitas, em horário antecipado, por parte de elementos da ADFa devidamente credenciados. No entanto, devem também os associados interessados, e em devido tempo, quando tal possível, procurar entrar em contacto prévio com os serviços da Sede, pessoalmente, por correio ou por telefone directo 3426247 (com gravador de chama-

da fora das horas normais de expediente), para uma melhor garantia do apoio a prestar.

Entretanto, enquanto não estiver completamente definido, e estabelecido, o Gabinete do Utente, no HMP — dependente, agora, da reestruturação, e obras, do próprio hospital —, e devendo ser o seu futuro responsável o nosso associado, major Silvério Rodrigues, o mesmo passa a colaborar, provisoriamente, com a ADFa, integrado no DASC, desenvolvendo, na Sede, acções de atendimento personalizado aos sócios e familiares, nos casos que se prendam com assistência médico-protésica e necessidade de apoio domiciliário no horário das 11 às 13 h e das 14 às 16 h.

Dado ser este um serviço novo, é natural que, de início, se verifiquem algumas falhas e dificuldades, pelo que é pedido aos seus utentes não só a necessária compreensão, como também, e muito principalmente, críticas e sugestões, na busca comum de uma cada vez melhor resposta para os nossos problemas.

EDITORIAL



As organizações conhecem-se pela forma como proporcionam a intervenção dos seus membros, pela postura que assumem perante a sociedade e pelo reconhecimento que a mesma lhes atribui pelas acções que, em prol da causa comum, desenvolvem.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, no que leva de vida, tem sido demonstração de tais verdades, no envolvimento dos seus sócios nas decisões e definições de tarefas colectivas que permitiram, com base em experiências adquiridas, que, com verticalidade indelével, a instituição se tenha convertido em referência perante a comunidade, pela forma única, e eminentemente social, como se lhe apresenta e como representante legítimo dos direitos, que também deveres, daqueles que a compõem. O interesse que os Poderes, e a opinião pública, dedicam à nossa Associação, e a atenção em que se mantém perante a sua evolução e a capacidade já demonstradas, a nível nacional e internacional, no levantamento, equacionamento e apresentação de soluções para os problemas com que se debatem os deficientes militares e os antigos combatentes, tal como a população deficiente em geral, são fruto de uma continuada intervenção informativa que, pela persistência e objectividade, tem permitido tornar concretos antigos sonhos e reivindicações.

São responsáveis por esta força actual, 18 anos vividos, o empenhamento dos associados e o trabalho daqueles que com dedicação, talvez até mesmo abnegação, assumiram, desde 14 de Maio de 1974, e aos mais diversos níveis, a orientação e a condução da ADFa, porque, constituindo protagonista do seu próprio destino a nossa Casa — por isso de maioridade à nascença — a tornaram em factor de mudança de mentalidades e de comportamentos e defensora da dignidade dos que à Pátria nunca negaram o melhor de si mesmos.

A Direcção Central

JUNHO DE 1992, o mês da esperança ou do desespero?

1 e 5 de Junho são considerados, respectivamente, os «DIA MUNDIAL DA CRIANÇA» e «DIA MUNDIAL DO AMBIENTE».

Enquanto os apelos, e as imagens, respeitantes à extrema miséria, material arrastando à moral, que teima (teimam os responsáveis...) acompanhar a população mais jovem deste nosso planeta, cortando, desde logo, a esperança de um seu desenvolvimento harmonioso, portanto, também da própria sociedade, são uma quase constante, em termos de consciência colectiva, desde, podemos dizer, a 2.ª Guerra Mundial, já as preocupações sobre o ambiente, a «ecologia», são bem mais recentes, embora as causas que determinaram um agravamento, não tão súbito quanto isso, das condições de vida na chamada «aldeia global», falando-se mesmo em sobrevivência, venham, pelo menos, e de forma mais visível e poluente, da era industrial.

E se a proximidade das datas, em pura coincidência, julgamos, condiz com a, também, proximidade e relatividade das questões, numa

interligação de objectivos — salvar o nosso futuro —, já o mesmo não se passa com as opiniões, vontades e métodos daqueles que, em nome de todos, deveriam entender-se, por todos, para um encontrar, urgente, de solução/resposta, para todos.

Na realidade, se na «Cimeira da Criança», realizada em Nova Iorque, em Setembro de 1990, houve consenso e determinação comum na elaboração da «Declaração mundial a favor da sobrevivência, da protecção e desenvolvimento da criança», na «Cimeira do Ambiente»/ECO92, a decorrer em Junho, no Rio de Janeiro, já se sabe, à partida, que o desentendimento é enorme e que as respostas, encontradas e conhecidas, não serão devidamente ratificadas e, muito menos, aplicadas.

MAS, AFINAL, TRATA-SE DE, NUM CASO, NÃO DEIXAR MORRER AS NOSSAS CRIANÇAS E, NOUTRO, DE NÃO DEIXAR MORRER O NOSSO PLANETA! SERÁ, ASSIM, TÃO DIFÍCIL DE PERCEBER QUE UMAS SEM O OUTRO, E VICE-VERSA, NÃO TÊM RAZÃO DE EXISTIR?

ÚLTIMA HORA:

Desbloqueamento de escalões

Com data de 28 de Maio foi publicado, no «Diário da República», o Decreto-Lei n.º 98/92, do Ministério da Defesa Nacional, o qual, visando «dar execução à última fase do desbloqueamento de escalões, previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro», reconhece, no n.º 2 do artigo 2.º:

«O desbloqueamento de escalões nos termos do presente diploma, assim com os anteriores, regulados pelos Decretos-Leis n.ºs 408/90, de 31 de Dezembro, e 307/91, de 17 de Agosto, são aplicáveis à actualização das pensões dos deficientes das Forças Armadas a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.»

Espera-se, no próximo ELO, poder desenvolver mais pormenorizadamente este assunto.

PONTO DE ENCONTRO

Este mês novo «Ponte de encontro» com Jaime Ferreri e o seu «Fizeram de Mim Soldado» (ver ELO/FEV92), desta vez marcado pela escrita, simultaneamente sensível e vibrante, na sua verdade dura, do nosso associado Lavouras Lopes.

«Fizeram de Mim Soldado» As histórias da guerra que faltavam contar

«Fizeram de Mim Soldado» é o título de um livro acabado de publicar pela Editora Correio do Minho. O actor, Jaime Ferreri, escreveu já, em 1986, «O Cabrito Montês», a evidenciar os primeiros traços de uma escrita pessoal e genuína, emergente das raízes que prendem o homem à terra — neste caso o Alto Minho, de onde é natural e onde permanece, como professor do ensino secundário.

Em «Fizeram de Mim Soldado» temos oportunidade de seguir o trajecto dos homens que, arrancados à terra, vão à guerra e a ela, de qualquer modo, voltam. Trata-se de um relato vivo e palpitante sobre a guerra do Ultramar, ou colónia, conforme a designação oficial de cada um dos dois regimes que o 25 de Abril de 1974 historicamente delimita.

Não é uma narrativa de acontecimentos avulsos tornados memórias: a narração não se assume na primeira pessoa, e a história (conjunto de histórias) segue um trilho marcado no tempo e no espaço dos que foram à guerra. Também não é um romance no sentido tradicional, por ausência de intriga a desenvolver-se à volta de um acontecimento central, porque aqui todos são importantes. É uma verdadeira recriação, uma poderosa narrativa, com uma unidade conferida pela força de um inexorável e trágico percurso circular — da partida ao regresso.

Jaime Ferreri recria situações que a guerra gerou, onde o cómico, o patético e o trágico — este mais poderosamente — se entrelaçam com realismo e uma autenticidade quase documental — não tivesse sido ele próprio protagonista de muitas delas e testemunha presencial de outras. Ferido em campanha, em Moçambique, no ano de 1969, com passagem pelo Hospital Militar de Lisboa, ficou em condições de aliar o gosto da escrita, que se sente fluir, à experiência humana, que se sente palpar.

Neste documento-ficção plasma-se o sentir, o reagir e o sofrer de um povo que vê «os filhos,

netos e parentes a partir, numa vigília pela noite fora, na esperança do dia que haveria de nascer». E denuncia-se o comportamento de um regime que, numa guerra envergonhada, encerrala mancebos entre fronteiras vigiadas e depois os arrebanha, «como um ladrão, na calada, a roubar do redil o cordeiro à mãe».

É retratada uma geração obrigada a percorrer as picadas da guerra, a receber os sopros das minas, os abraços das granadas: uma geração extraçalhada por fora e destruída por dentro, despejada no Anexo do Hospital Militar «como cordeiros e cabritos na corte», mas agora revoltada e indisciplinada, um rebanho incontido e incómodo guardado pelas senhoras do «jet-set» de então; uma geração parada no meio de um percurso, para alguns atalho da vida, para outros caminhada penosa em muletas, cadeiras de rodas e próteses toscamente adaptadas a ferir os cotos; uma geração a viver a noite e a dormir o dia, a matar a sede à perna que falta, a procurar vencer na batota da madrugada, a «acudirem-lhe as prostitutas, na falta das namoradas a largá-los».

Jaime Ferreri fornece, numa narrativa rápida e palpante, elementos preciosos para a história de uma guerra transformada em altar de sacrifício por um regime, que não por um povo, que não é suicida, antes apegado à vida e amante da terra, mesmo quando uma e outra são bem mardrastas — alento suficiente para a «força da espera, na esperança do regresso, no isolamento da mata».

A partida no comboio-ladrão de luzes apagadas; a destruição psicológica da tropa flagelada; o regresso dos mortos e feridos pela calada da noite; as estatísticas escondidas e viciadas; o desgosto a abafar a revolta na leitura dos telegramas — «morto ao serviço da Pátria»; a perturbação a causar na terra e nas famílias o regresso dos mutilados, ainda mais que os próprios funerais dos que tombaram; tudo isto, que poderá não trazer muito de novo a cronistas oficiais — o preço, afinal, da nossa presença no mundo —, é caracterizados dos últimos momentos do império iniciado com a vontade e esforço colectivos da Nação, bem de acordo com o seu tempo, e agora terminado com a teimosia de um regime deslocado do tempo e do sentido da História, às escondidas da vontade nacional.

As personagens-tipo desfilam com realismo nos diferentes pontos do percurso, mas sempre

atraídos pelas origens, com uma irresistível força telúrica, brotadas da terra e alimentadas da seiva desta, mesmo lá longe, em imaginação. Caracterizadas em imagens frequentes da faina diária, a dar sentido a esse apego ao torrão natal, são ramos tenros de árvores prematuramente podadas e dificilmente reenxertáveis depois do regresso.

A Nação é feita de homens, incluindo os que vão à guerra e assim regressam. E são estes, em histórias que ainda não tinham sido contadas, que aqui, em «Fizeram de Mim Soldado», apontam o sentido do seu lugar na História.

De objectos a sujeitos da história

Sócio desta Associação, possuidor de um capital de experiência acumulado, como todos nós, Ferreri tem o dom de saber transmiti-lo. Mas é nosso o privilégio da recepção, que nos enriquece, alenta e fortalece, porque nós somos exactamente as personagens desta narrativa, que atravessámos as noites de Lisboa à procura da manhã que, com o nosso sacrifício, ajudámos a nascer.

Narrativas destas fazem-nos falta, como falta nos faz o espaço que soubemos criar (a nossa Associação) na madrugada da noite que vivemos.

Há, no livro de Ferreri, uma personagem que se «mata, numa corrida à procura da perna amputada». Esse suicídio, mesmo que simbolizando apenas desistência da vida activa, tem cabimento num regresso sem limites no tempo e que nós ainda estamos a viver. É o livro de Ferreri, que aqui pessoalmente agradeço, um antídoto para os esmorecimentos e um incentivo à luta pela reconquista da dignidade da vida, a que costumamos chamar reintegração.

Ler, hoje, já com muitos anos de regresso, «Fizeram de Mim Soldado» não é apenas oportunidade para nos revermos nas personagens e recordarmos os episódios vividos, é também ocasião para sentirmos, com algum orgulho, que soubemos passar de objectos da História, cordeiros arrebanhados do redil, a sujeitos activos, capazes de contrariar desígnios que nos tinham sido traçados.

Mais livros como este são necessários, para nós, particularmente, e para a população em geral, que deve ser esclarecida, num debate nacional, por nós próprios (ADFA) iniciado mas ainda longe de terminar, sobre a guerra e as suas consequências.

António J. Lavoura
Lopes
Sócio n.º 2

DELEGAÇÕES — NÚCLEOS

Bragança 18.º aniversário da ADFA

Com a celebração de uma missa em memória dos companheiros já falecidos, às 12 horas, do dia 14 de Junho, na Igreja do Santo Cristo Cabeça Boa, iniciam-se, na Delegação, as comemorações do aniversário da nossa Associação, seguindo-se, pelas 13 horas, um almoço/convívio de sócios e famílias, no Restaurante Turismo, a que deverão estar também presentes algumas entidades convidadas.

**COMPARECE!
FAZ JÁ A TUA INSCRIÇÃO!**

Coimbra Excursão a Setúbal

A Delegação vai organizar, por ocasião da tradicional sardinhada em Setúbal, uma excursão a esse convívio do pró-

ximo dia 27, devendo os interessados fazer desde já a sua inscrição, ao preço de 1 000\$00 por pessoa, pagos na altura.

Porto

Noite de S. João

Mais uma vez vai a Delegação organizar, nas suas instalações, uma «Noite de S. João», festa tão característica das gentes do Porto, havendo à disposição dos associados e famílias para ti e para os teus, quer pessoalmente quer por escrito ou pelo telefone (02) 82 04 03, até às 18 horas do dia 17 de Junho.

INSCREVE-TE JÁ! Reserva lugares para ti e para os teus, quer pessoalmente quer por escrito ou pelo telefone (02) 82 04 03, até às 18 horas do dia 17 de Junho. **ESPERAMOS POR TI!**

Setúbal

A sardinhada!

Este ano, no dia 27 de Junho (sábado), a

Delegação oferece a já tradicional sardinhada, para a qual espera, estando todos convidados, a comparecimento de quantos sócios, familiares e também amigos se queiram juntar nesta sempre agradável jornada de convívio associativo, a qual terá lugar em S. Paulo, com concentração prévia, pelas 10 horas, junto à Sede (R. Almeida Garrett, n.º 70).

Haverá sardinhas, pão e vinho, assim como os indispensáveis fogareiros com brasas, tudo fornecido pela organização. No entanto, não ficará mal, e se calhar os mais desprevenidos agradecerão, que cada um leve o que mais quiser!

As inscrições são feitas até ao dia 19 de Junho, na Delegação (pessoalmente, pelo telefone 065/29 750; ou por escrito) ou na Sede/ADFA, em Lisboa.

Famalicão

Realizou-se no passado dia 23 um almoço comemorativo dos 18 anos da Delegação, a primeira a surgir após a formação da ADFA, escassos dias depois, fruto do interesse e dinâmica de um activo grupo de deficientes militares da região, e face aos graves problemas que havia a resolver, os quais não se compadeciam com a distância a Lisboa e à Sede.

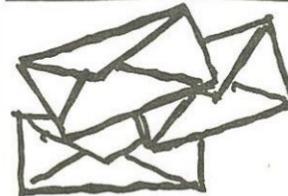
Com concentração, para um aperitivo, nas suas próprias instalações, os presentes, onde se in-

cluam já elementos da Mesa da Assembleia Geral e da Direcção Central, para além de representantes das Direcções das Delegações do Porto e de Viseu, seguiram depois para um restaurante local, onde decorreu um agradável e participado convívio, tendo o Núcleo de Guimarães feito a surpresa de levar um rancho folclórico, o que permitiu ainda maior alegria e melhor disposição.

Guimarães

Em protocolo/contrato de cedência assinado pe-

los representantes da Associação dos Reformados de Guimarães e da ADFA (esta através da Delegação de V. N. de Famalicão e do Núcleo de Guimarães), a primeira organização cede à segunda, com consentimento e apoio da Câmara Municipal de Guimarães, legítima dona do edifício, uma sala no rés-do-chão do n.º 57 da Rua de Santo António, nesta cidade, com o fim de o nosso Núcleo aí poder funcionar e atender devidamente os seus sócios.



Correspondência

Neste período, duas cartas de associados, uma das quais, no entanto, se transcreve no espaço dedicado às comemorações do 18.º aniversário da ADFA, por a esta efeméride se referir.

A outra vem-nos do Barreiro e foca, novamente, a questão do **Desbloqueamento de escalões**

«O ELO de Março refere-se concretamente ao assunto acima indicado e fico satisfeito e louvo a ADFA pelo trabalho desenvolvido e pela solução encontrada.

Contudo, eu não serei um dos contemplados porque não reúno as condições e estou classificado no 1.º escalão.

Também no ELO, creio que do passado mês de Janeiro, este assunto era referido e perspecti-

va-se uma hipótese com a qual estou de acordo, não apenas por ser beneficiado mas também pelos fundamentos apresentados — a de se conseguir que todo e qualquer DFA venha a receber pelo escalão mais alto, independentemente do tempo de serviço no seu posto.

Fiquei feliz por este assunto constar do pensamento dos nossos responsáveis, já que os deficientes militares caminham a passos largos para uma fase de vida em que a sua pensão passa a ser a única fonte de rendimento e em que as enfermidades se agravam e surgem outras doenças próprias da idade. Aliás, penso também que o decreto-lei tão duramente conquistado e conservado pelas diversas Direcções da ADFA aponta nesse sentido.

Os órgãos sociais, melhor do que eu, saberão bater-se por essa conquista — a pensão ser paga pelo valor mais alto dentro do posto a que pertencemos —, e congratulome por saber que este assunto está na sua agenda, servindo esta minha carta apenas para lhes dar maior força e todo o meu apoio na defesa dos nossos direitos e dos nossos interesses.

Acredito que, e agradeço antecipadamente, quando for oportuno hão-de defender este ponto de vista — que penso ser compartilhado pela generalidade dos nossos sócios —, e que um dia se alcançarão os resultados que julgamos de justiça.

José de Matos Júnior
sócio n.º 4 528



Celebrando agora os seus 18 anos, a ADFFA atingia a maioridade ao nascer...

18 anos de história não se contam em duas páginas, para mais quando nos referimos a uma organização que já a continha quando nasceu. Percorrendo estas quase duas décadas, pelo folhear dos milhares de páginas do nosso jornal, damos-nos conta da vivência e dinâmica que à sua associação prestaram os deficientes das Forças Armadas e o reconhecimento que, paulatinamente, a sociedade lhes vem prestando como cidadãos de pleno direito, fruto da intervenção colectiva consubstanciada na organização que criaram e que logrou constituir-se em marco e referência perante a comunidade portuguesa e internacional.

Em reflexo de tão profundo e rico capital histórico se tornaram as comemorações, já levadas a efeito, do 18.º aniversário da ADFFA, quer no envolvimento que às mesmas dedicaram as entidades nelas presentes quer na participação em que empenharam os sócios das mais diversas partes do País, em variadas actividades que, com espírito e acto descentralizadores, e com actuação de relevo para a Delegação de Coimbra, se repartiram por Lisboa, Coimbra, Figueira da Foz e Mogofores (Anadia).

Assim, no dia 14 de Maio, pelas 10 horas, iniciou-se a visita às obras da nova Sede, por parte do Secretário de Estado da Defesa Nacional e de representantes dos Secretários de Estado do equipamento e Tecnologias de Defesa e das Obras Públicas, no que foram acom-

panhados por elementos da Direcção Central e do Conselho Fiscal Central, assim como por significativo número de associados. Percorrido demoradamente todo o edifício, ao longo dos seus três pisos, o dr. Figueiredo Lopes foi sendo informado do destino de cada espaço e sua interligação funcional, questionando, atento, diversos pormenores da construção e interessando-se por todas as explicações que lhe iam sendo fornecidas.

No que será o futuro salão de reuniões, o Presidente da DC dirigiu àquele membro do Governo, demais convidados e sócios presentes, algumas palavras sobre a razão da visita e a sua ligação às comemorações do aniversário da ADFFA, tendo realçado, para além da vontade e determinação da Associação, como um todo congregando cada um dos seus sócios, na concretização do projecto/sonho que constitui a edificação da nova Sede, impensável sem os apoios da Nação, objectivados através do Governo, da Instituição Militar e da Câmara Municipal de Lisboa, também diversas questões ainda hoje pendentes e que, carentes de urgente resolução, se referem, principalmente, às áreas social e legislativa.

Em resposta, e em intervenção que, tal como a anterior, merece referência mais completa em espaço próprio, o Secretário de Estado, após ter recordado a génese e razão de ser da ADFFA, o que o levou a acreditar nesta organização já quando em idênticas

funções, em anterior Governo, evidenciou a coerência política em que se alicerçou o apoio ao projecto de construção de uma Sede de raiz, em paralelo com o sentido solidário da própria Nação para com aqueles que no cumprimento do Dever tanto de si entregaram, garantindo que a obra se irá concluir, fruto da vontade e contribuição dos Órgãos e sócios da ADFFA e da colaboração do Poder central. A terminar, e depois de deixar algumas boas informações de carácter legislativo, designadamente no referente à questão dos grandes deficientes em serviço, com incapacidade igual ou superior a 70%, o dr. Figueiredo Lopes declarou sentir-se muito feliz, em coincidência de datas, em poder ser ele próprio a entregar à DC um cheque de 35 mil contos, como nova participação do MDN nos custos do edifício em construção.

A finalizar esta visita, procedeu-se à entrega de medalhas-contributo da campanha de angariação de fundos ao Secretário de Estado da Defesa Nacional, em pessoa, e aos Secretários de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa e das Obras Públicas, através, respectivamente, dos seus Chefes de Gabinete e assessor.

No dia 15 de Maio, já em Coimbra, e no auditório do complexo das piscinas municipais — em cujo átrio, de 11 a 17, decorreu uma exposição sobre a ADFFA —, realizou-se, pelas 16 horas, uma sessão pública presidida pelo Governador Civil do Dis-



trito e a que estiveram presentes diversas entidades e organizações, nomeadamente os representantes do Comandante da Região Militar Centro e do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. Subordinadas ao tema do encontro — 18.º aniversário da ADFFA —, as intervenções, com apresentação dos oradores pelo sócio José Guerra, versaram sobre o papel da Associação a nível regional (Presidente da Delegação de Coimbra, José Maia), a realidade social e legislativa dos deficientes militares (responsável do DASC, Jorge Maurício) e génese, história e orgânica da ADFFA (1.º Secretário da DC, Patuleia Mendes). Usando seguidamente da palavra, o Presidente da Direcção Central, José Arruda, cumprimentou os demais elementos da Mesa, assim

como todos os convidados e sócios presentes, tendo, ao explanar alguns dos objectivos da Associação, realçado o entendimento, a nível nacional e regional, entre a organização e os diversos Poderes.

Em resposta, interviewaram o representante do Presidente da Câmara local (eng.º José Neves, director do departamento de Desenvolvimento Social) — que, emocionado, teceu várias considerações sobre a situação da pessoa deficiente e prometeu o seu maior empenhamento em relação a tal problemática —, o representante do Comandante mento em relação a tal problemática —, o representante do Comandante da Região Militar Centro (brigadeiro Albuquerque Gonçalves, 2.º com.º) — que, sendo responsável, na RMC, pelo

despacho dos processos referentes a deficientes militares, e assumindo-se ele próprio como ex-combatente, procura agir sob essa especial sensibilidade —, e o Governador Civil de Coimbra, eng.º Pedroso de Lima, que, ao fazer a apreciação do trabalho da ADFFA, afirmou a função fundamental da pessoa deficiente, e das suas organizações, na definição de uma política coerente e verdadeira de reabilitação.

(Destas últimas comunicações, também em espaço próprio, ELO fará notícia mais alargada.)

A terminar a sessão foram, por diversos elementos representativos da ADFFA, entregues medalhas evocativas da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, An-

(Continua na pág. 8)





Celebrando agora os seus 18 anos, a ADFFA atingia a maioridade ao nascer...

Intervenções

Conforme indicado na notícia-reportagem sobre as várias cerimónias e acontecimentos incluídos nas comemorações do 18.º aniversário da ADFFA, vão aqui ser reproduzidas algumas das intervenções então feitas, procurando-se, quanto possível, transcrevê-las na íntegra, não só por ser cada uma, em si, importante, mas porque todo o conjunto reflecte uma filosofia, que hoje parece generalizada, sobre a pessoa deficiente e o seu papel na sociedade, e que a ELO parece dever ficar registado.

14 MAI/visita obras nova Sede

Presidente da Direcção Central da ADFFA, José Arruda

Após relembrar o lançamento da 1.ª pedra, exactamente três anos antes, e a assinatura do protocolo de financiamento com os Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social, disse:

«Ficar a trabalhar no Palácio da Independência seria para nós, neste momento, talvez impossível, porque as condições arquitectónicas e as de funcionamento, em al-

seus órgãos nacionais, regionais e locais e dos seus sócios, posteriormente secundada pelo interesse e os apoios quer da Instituição Militar — de que foi recordado o nome do general Firmino Miguel —, quer do Governo — com uma palavra especial para o dr. Eugénio Ramos —, quer da Câmara Municipal de Lisboa — citando, também, o eng. Krus Abecasis —, realçando o facto de ter sido, já em 1985, o dr. Figueiredo Lopes, na sua anterior passagem pela Secretaria de Estado da Defesa Nacional, um interlocutor interessado e crente no trabalho da ADFFA, e manifestando a certeza de que a obra da nova Sede será em breve terminada, estando já a ser planeada, com o cuidado necessário para não haver qualquer interrupção ou anomalia em serviços que respondem a milhares de associados/situações, a respectiva transparência, prosseguiu:

«Mas as questões que todos os dias temos em cima da mesa têm, principalmente, a ver com os direitos dos deficientes militares, nomeadamente quanto aos grandes deficientes em serviço e ao

ravelmente enquadrado, situando-se junto quer do Lar Militar quer do Hospital da Força Aérea, o que significa que sempre se pensou no assunto, tendo havido um concitar de apoios para que isso acontecesse. Mas só isso não chega. Há ainda outras questões a ponderar, como o desenraizamento familiar, o desemprego, e outros, pelo que precisamos, já com urgência, que a estrutura do Lar Militar funcione, efectivamente, ao serviço dos deficientes militares. A ADFFA, que tem alguma experiência, recolhida junto dos antigos combatentes, principalmente europeus, das suas estruturas associativas e de alguns dos seus centros de Reabilitação, está disponível para dar também esse contributo, como já o damos ao participar na Comissão Técnica do Lar.

Tocando, ainda que, ao de leve, o problema da reinstalação da Tipografia-Escola, o presidente da DC diria:

«Algumas pessoas pensam que ela poderia ser instalada neste edifício, o que nos parece impossível, já que para além de ser uma unidade-escola, também a pequena oficina porque se começou, acabou por se transformar numa indústria com cerca de 24 trabalhadores, e vontade de crescer, pelo que não caberia, em qualquer circunstância, numa cave. Além do mais, juntar uma indústria a instalações de índole social e administrativa, numa altura em que, nos grandes aglomerados, se consideram áreas sociais, áreas urbanas e áreas industriais, parecem-nos pouco condizente com a perspectiva que os deficientes, como grupo activo e solidário, devem ter da (sua) integração. Aliás, julgamos inviável, por parte da Câmara, a aprovação de tal alteração.

Entretanto no tema das relações internacionais, José Arruda abordaria as relações com os países, e associações congéneres, membros da União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, numa perspectiva de, «Nós não vamos exportar a nossa experiência; nós vamos trocar experiências, no sentido de que pensamos que naqueles países, em transição para regimes democráticos, os ex-combatentes não podem resolver os seus problemas se não tiverem as suas próprias organizações, às quais nós queremos dar a nossa contribuição para definição e realização de projectos concretos.

Quanto à FMAC, para além de referir a actual presidência portuguesa da CPAE/Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, destacou o reconhecimento que foi a designação da ADFFA para organizar, em

1994, a «VI Conferência Internacional sobre legislação», coincidindo tal acontecimento com o 20.º aniversário da Associação, pelo que, em visão humanista e universalista de quem há 500 anos deu «novos mundos ao Mundo», e com os apoios necessários, não-de ser condignamente recebidos todos os combatentes das várias latitudes.

Quase a terminar, nova referência à Sede, agora para chamar a atenção para a sua concepção modelo, em termos de funcionalidade e mobilidade, especialmente para os grandes deficientes, afirmando ainda que se não está marcada data de inauguração isso se deve ao facto de, perante a descrença de muitos, se considerar que, «ela está inaugurada desde 1989, quando lançamos a 1.ªpedra!».

É por fim, «Hoje, 14 de Maio de 1992, com 18 anos de idade, penso que já chegámos à fase adulta há muito tempo. Por lei, por norma, só hoje poderíamos votar, mas julgo que todos estamos de acordo em que há já muito que exercemos o pleno direito de tomar conta dos nossos destinos.»

Secretário de Estado da Defesa Nacional, dr. Figueiredo Lopes

«É-me particularmente grato estar hoje aqui com a ADFFA — e com alguns elementos que na altura em que tive a oportunidade de contactar a primeira vez com a Associação, estavam na sua Direcção —, e dizer-lhes que desde o início acreditei que ela, não obstante os períodos relativamente conturbados que se viveram, aliás em toda a sociedade portuguesa, nos primeiros anos da sua criação, deveria merecer da parte do Governo, da parte das instituições e do Estado, uma atenção muito especial. E hoje aqui estamos a provar que tínhamos todos razão, e eu estou particularmente orgulhoso por ter, na altura, como membro do Governo, sabido interpretar a essência desta Associação, os seus objectivos, e pôr de parte questões meramente acidentais de organização interna que estavam, de certo modo, a perturbar o seu natural desenvolvimento.

Recordando, seguidamente, o período de contactos que culminou na decisão de se construir uma Sede de raiz, com referência ao interesse demonstrado pelo então vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa Nacional, prof. Mota Pinto, assim como, posteriormente, ao empenhamento pessoal do dr. Eugénio Ramos e aos apoios dos ministros da Defesa Nacional, do Emprego e



da Segurança Social e das Obras Públicas, todos unânimes em que «o ideal seria dotar a ADFFA de uma Sede própria, de uma Sede com condições arquitectónicas funcionais e adequadas aos seus utentes e, de certo modo, de uma Sede que atribuisse à Associação, e sobretudo, aos seus associados, a dignidade e a nobreza que está ligada aos próprios fins e objectivos da instituição.

Considerando, depois, que entendia que o Governo fez bem em apoiar a ADFFA, acrescentou:

«E fê-lo, e continua a fazê-lo, por duas razões principais que eu gostaria aqui de sublinhar.

Em primeiro lugar, porque se trata de uma «organização não governamental» que tem por objectivo, em colaboração com o Estado, apoiar, na sua reabilitação e integração, os deficientes e incapacitados, mas, no seu caso, deficientes muito especiais, já que resultaram do cumprimento do dever mais sagrado de qualquer cidadão, que é o da defesa dos interesses da Pátria.

Em segundo lugar, e no mesmo sentido, acrescentaria que outra razão é a da própria coerência política do Governo ao entender que através do apoio que dá a esta Associação, está a desenvolver o sentido solidário da própria Nação em relação àqueles que, chamados pelos dever do cumprimento do serviço militar, sacrificaram o melhor que tinham de si mesmos, ficando diminuídos. Hoje, esses cidadãos têm um lugar especial, têm uma cidadania própria e têm, sobretudo, de merecer, e merecem, o reconhecimento de toda a Nação.

Daí que se entenda que, sem ingerências na vida própria deste tipo de organizações, mas com o sentido de que ao Estado cabe, também, apoiar estas iniciativas

— porque elas cumprem objectivos de interesse público —, aí está esse mesmo Estado, através dos seus legítimos representantes, da Câmara Municipal de Lisboa, do Governo e de outras instituições públicas, a colaborar numa obra que é, realmente, um modelo, ficando todos ainda mais certos de que estará terminada em breve, porque para isso iremos contribuir, em primeiro lugar a vontade, a força, o entusiasmo da própria Direcção da ADFFA, depois a colaboração activa dos seus associados — é, no fundo, este espírito de luta pela defesa dos seus direitos e pela melhoria das condições de vida dos seus membros, que deve constituir o fim e o objectivo principal do vosso trabalho.

Mas a compreensão e colaboração do Governo não se pode esgotar aqui. E por isso, por parte do Ministério da Defesa Nacional entendemos, como órgão governamental responsável pelo acompanhamento da vossa actividade, que há aspectos de tratamento legislativo que merecem uma actuação especial. E posso aqui anunciar que um dos diplomas pelo qual a Direcção da Associação se tem batido ultimamente, foi já remetido, para agendamento — refiro-me ao reconhecimento dos grandes deficientes em serviço, isto é, aqueles que têm uma incapacidade igual ou superior a 70%.

Mas falou o sr. Presidente também na questão do IRS aplicado às subvenções e aos apoios que o Estado lhes concede. Compreendemos a justiça dessa aspiração, pelo que estamos, neste momento, a desenvolver esforços no sentido de que a Administração Fiscal também a compreenda, para que se possa, de facto, anunciar, a breve prazo, que também esse objectivo foi alcançado.



guns aspectos, punham em causa a dignidade e o desenvolvimento dos nossos objectivos. Naturalmente reconheceu o Estado português, por meio do Governo, o trabalho da nossa Associação mas, acima de tudo, através dela, o interesse em que existam organizações como a nossa, e outras, que produzam trabalho útil para a integração da pessoa deficiente. Neste caso, seria totalmente impossível esta obra, e muitos outros projectos, se a própria ADFFA não participasse nela. Passaram 18 anos; Portugal está a reconhecer que aqueles que deram à Pátria o seu melhor, merecem ter cidadania plena.

Referindo, seguidamente, o sonho tornado realidade, em determinação objectiva da própria Associação, dos

problema do IRS, isto é, a um imposto que ainda pagamos sobre os subsídios de invalidez e de 3.ª pessoa — e foi com muita atenção que ouvimos as palavras do sr. Secretário de Estado, na última audiência concedida, quando afirmou que, na verdade, os deficientes militares não devem pagar sobre aquilo que deram à Pátria, os seus olhos, as suas pernas. Mas há ainda outros projectos, como o das viúvas, por exemplo, que continuam em cima da mesa, embora sabemos que em legislação, tema bem quente na nossa casa, nem tudo pode ser feito e aprovado de um dia para o outro.

Outro problema importante tem a ver com a assistência médica e com o agravamento das nossas deficiências. Este edifício está favo-



Celebrando agora os seus 18 anos, a ADFA atingia a maioridade ao nascer...

Não queria terminar esta minha saudação sem me referir, de modo muito directo, a um dos pontos que aqui foram focados. Falo do vosso trabalho internacional, da vossa ligação a outras organizações espalhadas pelo Mundo e que também se preocupam com a vida daqueles que foram deficientes em operações militares. Mas falo, particularmente, do sentido humanitário e de solidariedade, de facto da lição que é a cooperação e a articulação com os deficientes das Forças Armadas dos antigos territórios onde vocês próprios combateram. É, sem dúvida, uma lição para o Mundo que aqueles que combateram frente a frente, hoje, passados os momentos históricos em que, por dever e por consciência cívica foram lutar, se encontrem num abraço de cooperação e amizade, sobrepondo os valores humanos e o sentido de solidariedade aos inimigos do passado. Penso, realmente, que este sentir que a ADFA dá à sua cooperação com os deficientes, de África, é uma grande lição para todos nós.»

15MAI/sessão pública em Coimbra

Representante do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, eng.º José Neves

Após apresentar os cumprimentos do Presidente da edilidade que, por motivos extraordinários, não pôde estar presente, disse:

«Estou realmente bastante emocionado, dado que é uma situação que se me de-



para pela primeira vez, esta a da sensibilidade mostrada pela vossa Associação, que, aliás, não conhecia. Embora a minha função seja da área de acção social, estou lá há relativamente pouco tempo, nunca tendo tido, também na minha vida pessoal, qualquer problema relacionado com deficientes. Mas agora, por aquilo que tenho visto e ouvido, fiquei realmente sensibilizado e irei fazer todos os possíveis para dar o melhor contributo nesta área. Na verdade, falava-se, fala-se, fala-se... mas nós,

normalmente, quando não estamos dentro dos problemas de uma Associação como esta, que é o meu caso, já que nunca fui militar e não tenho qualquer deficiente na família, não sentimos as dificuldades e as questões como vocês, infelizmente, sentem.

Por tudo isto estou emocionado. E sensibilizado, também, por esta manifestação, que é de carinho e solidariedade, que há que promover cada vez mais.»

Representante do Comandante da Região Militar Centro, brigadeiro Albuquerque Gonçalves

Embora não preparado para falar, afirmou a sua necessidade de o fazer, não só porque alguns ex-combatentes se deficientaram no seu tempo e na sua unidade, na guerra, como também porque sendo, na RMC, quem despacha os processos burocráticos sobre grande incapacidade, estará particularmente sensível a tal problemática.

«Não me cabe, nem posso, analisar, com o que me vai na alma, este assunto porque, por um lado, entendo que os deficientes das Forças Armadas — o nome é este —, são deficientes do povo português, já que, na guerra, aos quadros militares competia-lhes enquadrar o povo em tal situação, e quando esse povo ficou deficiente, ao País competia tratá-lo condignamente.

E o que calha é que têm sido os militares, como acabaram de reconhecer, que

desde a origem, porque terão sentido que foram parte responsável na deficiência que foi adquirida pelos homens que levaram sob as suas ordens, que assumiram a responsabilidade de os apoiar, de os acarinhar e de os acompanhar. Talvez mal, já que não será a nossa missão. Mas penso, também, que a estrutura militar, em particular hoje os comandantes que eram alferes, tenentes e capitães no vosso tempo, por sentirem isso, é que mais se empenham nesse apoio.



Governador Civil do Distrito de Coimbra, eng.º Pedroso de Lima

«Não fazer da reabilitação, política, ou não fazer política com a reabilitação, como quiserem, mas fazer uma política de reabilitação, é uma das grandes dificuldades que sempre tivemos em termos nacionais. Há aqueles que se têm preocupado mais em trabalhar e em desenvolver e menos em fazer política. A ADFA é uma das associações que tem feito, tem desenvolvido esta metodologia. 18 anos para trabalhar, 18 anos para não fazer uma política cega, uma política fora de objectivos que não sejam os da reabilitação.

Agrada-me, porque o faz sobre duas formas: com credibilidade e com solidariedade.

Disse o sr. Presidente da Direcção que nos temos encontrado pouco. Encontramo-nos duas vezes, presumo, sendo uma delas quando fomos apresentar ao sr. Ministro a Lei de Base da Reabilitação, documento que ajudámos a criar, ajudámos a constituir, nós, na altura responsáveis por organizações de deficientes. E nesse documento ficou bem claro que havia uma vontade política, havia uma estratégia para tornar a reabilitação um sentir diferente. E nesse propósito é bem claro para mim uma coisa: é que na política de reabilitação tem de se ir sempre beber às fontes. E quem sabe de reabilitação são os deficientes; e quem sabe de reabilitação são os familiares dos deficientes.

E é a eles que compete, em cada dia, dar opiniões mais acertadas para a política que deve ser feita. Não tenho, rigorosamente, nenhuma dúvida sobre isto! E ouvimo-lo hoje aqui nesta sala, de uma forma muito sincera, de uma forma muito clara e muito humilde do representante do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra: «Eu não estava sensibilizado para esta área!» E há tanta gente que não está sensibilizada para esta área! E há tanta gente que não sabe como é que há-de estar sensibilizada para esta área, que não sabe como é que pode enquadrar aquilo que são os vossos anseios, ou são os meus, ou são os de

toda a sociedade, de uma forma útil às pessoas deficientes.

Por isso é bom que nós façamos essa divulgação, solidariamente, de uma forma clara. E um desses mecanismos a ADFA também tem: o jornal ELO. A comunicação, o fazer passar cá para fora aquilo que são os nossos anseios, que são as nossas preocupações.

E perdoem-me abrir aqui um parêntesis: eu falo em 'nós' porque não consigo meter-me contra aquilo que eu sempre fiz que foi o estar ligado ao movimento associativo de e para deficientes. 'Nós' é a minha família, os que, ao longo dos últimos dez anos da minha vida se têm preocupado em tornar diferente o dia-a-dia do deficiente.

Mas, dizia, a divulgação das ideias, a divulgação dos programas, a divulgação das metodologias é, no fundo, algo de extremamente importante e aquilo que o jornal ELO, como outras publicações que existem no País, pode melhor fazer.

Mas aconteceu aqui outra coisa muito importante para mim! Talvez aquilo que transforma uma associação de deficientes numa instituição credível: foi quando se disse, e quando houve aqui a coragem de assumir a diferença. «Eu sou portador de deficiência. Eu sou deficiente!» O afirmar essa própria limitação, naquilo que pode ser a adaptação ao mundo diferente, mas ao mundo que deve contar com essas pessoas, ao mundo que deve ser capaz de as integrar — social, económica e culturalmente —, essa foi, para mim, outra das potencialidades, outra das virtualidades daquilo que aqui ouvi.

Abandona-se assim definitivamente, e presumo que este país, fundamentalmente, comece a abandonar, pelo menos em segmentos importantes a sociedade, a visão caritativa do deficiente, a do 'coitadinho', a daquela imagem de que se se der qualquer coisa já se pode ter a consciência tranquila. Por isso também aqui ouvi dizer, pelo Presidente da Delegação de Coimbra da ADFA, «Nós não pedimos, fazemos!» — E não é por manifestações caritativas que a ADFA é campeã, em Coimbra, de pesca; é porque

trabalhou para isso; é porque realiza os seus campeonatos; é porque conseguiu metê-los dentro das actividades da Direcção-Geral de Desportos; é porque se juntou ao movimento associativo de Coimbra e conseguiu afirmar os seus valores; e é porque tem atletas e tem pessoas que são capazes de pescar... coisa que eu, por certo, não seria capaz de fazer.

Ter esta postura de, assumindo na diferença a forma de dar o seu contributo útil à sociedade, é outro sintoma de maioridade do movimento associativo para deficientes. E embora sendo uma mudança para gerações, como aqui também foi afirmado, é uma mudança que nos compete a cada um de nós fazer, no seu quotidiano, no seu dia-a-dia.

Tive oportunidade de dizer aos responsáveis pela vossa Associação, quando me pediram a entrevista no Governo Civil, que tenho

para mim que a ADFA pode dar um contributo ainda maior a Coimbra, e ao seu Distrito — e podê-lo-á dar, de certeza, a nível nacional, a este movimento associativo que quer ser muito dinâmico, quer ser muito afirmativo e que a ADFA também integra. Mostrei-lhes, de forma aberta, alguns meus pontos de vista, diferentes sobre alguns fóruns, mesmo oficiais, onde se discutem estes temas e onde presumo não haver sensibilidade suficiente para aquilo que é a realidade dos problemas fundamentais que continuam por resolver.

O caminho ainda é muito longo: o caminho que temos à nossa frente ainda é muito grande, mas creiam-me solidário com o vosso movimento, e com todas as minhas energias, no sentido de que esse caminho vá sendo cada vez mais curto, no passo a passo que vamos ter de continuar a dar.»



ELO perguntou:

Aproveitando a ocasião da visita à nova Sede, ELO pôs duas pequenas questões ao dr. Figueiredo Lopes:

ELO: Sr. Secretário de Estado, sendo a primeira vez que vem a esta obra, quer-nos deixar a sua impressão sobre ela?

SEDN: Bom, eu estou muito satisfeito, quer mesmo surpreendido, porque tendo sempre acreditado que ela era um objectivo principal para o progresso da ADFA, hoje posso confirmar, no local, que aí está, num estado de adiantamento bem visível, com condições arquitectónicas e funcionais notáveis, estando convencido que, possivelmente, dentro de um ano, estamos em condições de a inaugurar.

Não posso dizer mais nada senão felicitar a Associação dos Deficientes das Forças Armadas por ter lançado mãos à obra e por ter conseguido mobilizar as vontades, mesmo a política dos responsáveis pelo Governo, para colaborar na realização deste magnífico empreendimento.

ELO: Dentro da perspectiva da sua situação e ligação ao Lar Militar, pode prever-se, realmente, uma maior interdependência, melhor, inter-relação?

SEDN: Acho que é desejável, também aqui, rentabilizar as estruturas sociais existentes. E, portanto, nesse aspecto, penso que é feliz esta localização da Sede da ADFA, aqui mesmo ao lado do Lar Militar.



Celebrando agora os seus 18 anos, a ADFA atingia a maioridade ao nascer...

(Continuação da pág. 5)

gola, Moçambique e Guiné-Bissau a estas três entidades que, com os Presidentes da Direcção Central e da Delegação de Coimbra, compunham a Mesa.

Ainda no dia 15, e agora na Figueira da Foz, teve lugar, no Casino, um jantar/convívio comemorativo da efeméride, a que compareceram mais de uma centena de associados e familiares, tendo

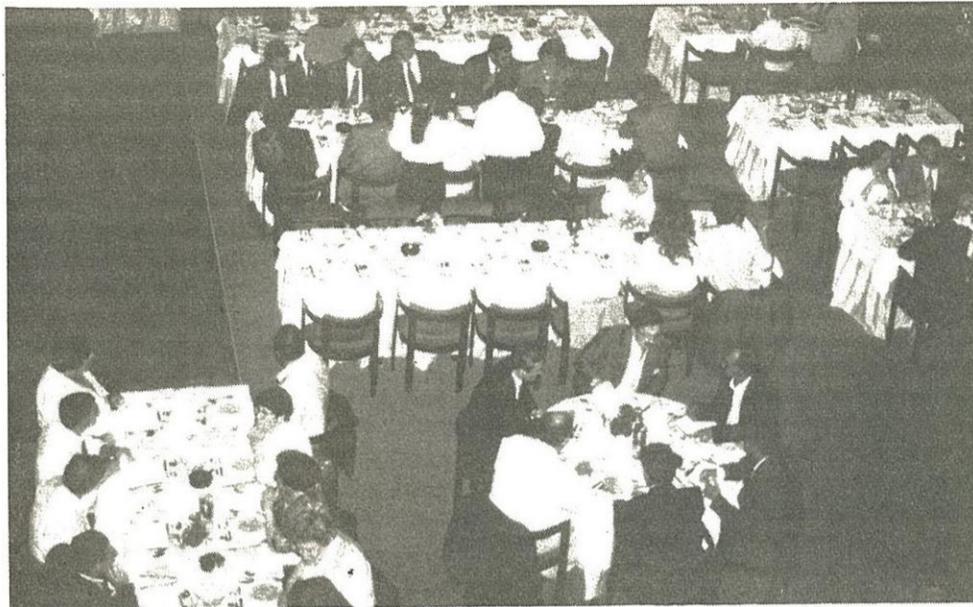
estado também presentes, a convite da ADFA, os dr. Melo Biscaia, em representação do Presidente da autarquia local e por si, como vereador do pelouro do Turismo e Cultura, o ten.-coronel Mogo, pelo comandante da Escola Prática de Serviço de Transportes, e o eng.º Cândido Alves, nosso sócio, pelo Presidente da Assembleia Municipal.

Na ocasião própria, e aos brindes, José Arruda e o dr. Melo Biscaia tro-

caram saudações, tendo sido entregue a este último a medalha da I Conferência.

Seguiu-se, oferecido pelo pelouro de Turismo e Cultura da CMFG, um espectáculo apresentado por Sansão Coelho, conhecido locutor radiofónico que, também em função semelhante, prestou serviço militar na Guiné, e em que entrevistaram Manuel Freire e Samuel, dois conhecidos cantores de intervenção da geração de 60, os quais deliciaram, durante largo tempo, todos os presentes, recordando velhos temas e baladas, evocando Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira, António Gedeão e outros.

No dia 16 de Maio, e para terminar esta fase das comemorações, realizou-se, no Parque de Merendas de Mogofores, concelho de Anadia, com o apoio, respectivamente, das suas Junta de Freguesia e Câmara Municipal, uma confraternização de associados e famílias, alguns idos de pontos bem distantes do País, tendo-se prolongado por toda a tarde este agradável convívio, onde cerca de 200 participantes recordaram, conversaram e, sobretudo, falaram da ADFA.



Parabéns a você...

De entre as várias mensagens de felicitações recebidas por ocasião do 18.º aniversário da nossa Associação, permitimo-nos destacar, em primeiro lugar, a de um nosso assíduo colaborador, recebida mesmo «em clima do acontecimento»:

«Menina ADFA

Faz hoje precisamente 18 anos que a nossa menina nasceu.

Foi numa risonha manhã de Primavera, embora com tempo revoltado, pois nessa altura sopravam fortes os ventos da mudança há muito tempo esperada.

Era uma linda menina, forte e mexida, que ainda de fraldas começou a lutar pela vida e a tentar arranjar espaço vital para crescer e, como o seu signo é Touro, logo foi dando umas marradinhas aqui, uns coices acolá, onde se

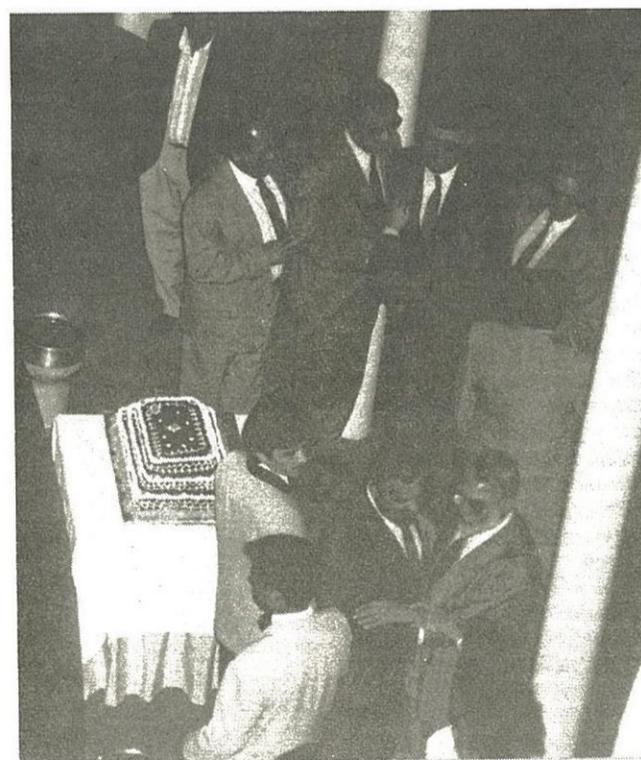
tornava necessário, naturalmente.

Assim deu os primeiros passos, amparada por aqueles que lhe deram vida e acarinhada e estimulada por muitos outros para os quais, afinal, tinha nascido.

O tempo foi passando e, enquanto alguns aios ficavam carecas, atingia a nossa menina a puberdade e por isso, como é natural, também teve as suas crises e houve conflito de gerações, o que a terá levado a nem sempre se comportar conforme o que estava estabelecido nos 'manuais de boas maneiras' e tenha havido até quem lhe chamasse malcriada.

Com o passar do tempo a menina foi ganhando corpo e juízo, talvez até juízo a mais, e está hoje, ao atingir a maioridade, uma linda moça que nem precisa inscrever-se este mês nos cadernos eleitores porque já há muito que é emancipada e tem voto na matéria.

É natural que uma moça tão prendada tenha tido, de diversos



quadrantes, pretendentes a donos do seu coração, mas, se quiser aceitar um bom conselho de uma ruim cabeça, fique sempre solteira, livre de compromissos seja com quem for, completamente livre, pois só assim poderá dedicar-se, inteiramente e por igual

a todos, mesmos àqueles ingratos (ou oportunistas?) que apenas se lembram de si quando precisam, ou precisaram, da sua ajuda.

Apesar da sua vitalidade e juventude, como este mundo não é um mar de rosas, vai continuar a precisar de uma

cabeça esclarecida que a oriente e de uma mão forte que a ampare, para que possa prosseguir em segurança a sua caminhada.

Para terminar, não se esqueça, menina ADFA, de que se a sua «cabeça» deve estar bem assente no lugar, na sua nova casinha em Lisboa, os seus 'membrós' (e aqui não os há superiores ou inferiores) — dos quais precisa para se manter e agir —, são todos os deficientes militares, sejam eles quem forem e estejam onde estiverem.

E agora deixe que lhe cante e deseje:

**'NESTA DATA QUE-
RIDA, MUITAS FELICI-
DADES, MUITOS
ANOS DE VIDA!'**

**José Monteiro Palos
sócio n.º 2233»**

★

Recebida alguns dias depois, através do Gabinete do Adido de Defesa à Embaixada de Portugal, no Maputo, esta ou-

tra mensagem que tão fundo calou:

«O núcleo de deficientes das Forças Armadas, sócios da ADFA, em Moçambique, por ocasião da passagem dos 18.º e 2.º aniversário da ADFA e da União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, endereça as suas cordiais saudações e felicitações, desejando que essa Associação continue a apoiar de uma forma salutar todos os deficientes portugueses e todos aqueles que se deficientaram na defesa da Pátria portuguesa e que se encontram nas ex-províncias no Ultramar e que a ADFA seja um verdadeiro lugar de convívio de todo o deficiente.

Com os melhores cumprimentos.

**Gabriel Mubanguiane
sócio n.º 10 238»**

Novo Secretário Nacional de Reabilitação tomou posse

No passado dia 27 deste mês, em cerimónia que à grande maioria, incluindo os Órgãos de Comunicação Social, passou despecebida — em quase reunião de trabalho se transformou, como se assim o desejassem os seus principais intervenientes —, foi dada posse, pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social, ao novo Secretário Nacional de Reabilitação, na presença de várias entidades e de representantes de muitos organismos, e organizações, ligados à área da deficiência e da reabilitação, nomeadamente o Presidente da Direcção Central da ADFA.

Usando da palavra em primeiro lugar, o dr. Silva Peneda destacaria a personalidade e o trabalho bem marcantes do empossado, reafirmando o empenho do Governo numa cada vez maior capacidade de resposta no sector, quer através não só disponibilização de maiores verbas e meios como também do alargamento da sua aplicação, nomeadamente em programas de âmbito comunitário quer por uma considerável melhoria no campo legislativo, jurídico e administrativo quer ain-

da, e fundamental, pelo apoio concedido às actividades das «organizações não governamentais» da área, numa procura, digamos, de co-responsabilização do próprio deficiente, e das suas associações representativas, na evolução positiva das suas condições sociais gerais.

Esse sentido teve, aliás, a nomeação do novo titular, já que sendo o dr. António Charana, Director do Serviço de Reabilitação do IEFP, a acumulação de funções que se verificará, visa permitir uma maior ligação entre os dois organismos e facilitar a implementação de acções conjuntas e/ou complementares.

Na sua resposta, e após agradecer a confiança em si demonstrada, o novo Secretário Nacional definiu, pode-se dizer, logo nas suas primeiras palavras, a filosofia que presidirá à sua acção:

«Reabilitar, significa hoje, reconhecer à pessoa com deficiência o direito à cidadania e neste sentido promover a sua realização plena, na participação social e económica da comunidade onde se insere.

Para os que mais directamente lidam com as questões da deficiência

seja por inerência das suas funções profissionais, seja pelo contacto próximo com a situação da pessoa deficiente, esta é uma realidade evidente.

No entanto, pelo própria natureza das forças de coesão social, que re lutam no reconhecimento do direito de ser diferente, a manifestação da deficiência conduz tendencialmente à exclusão social, muitas vezes agravada porque se sobrepõe a outros fenómenos da exclusão pré-existent.

Neste contexto, é importante reconhecer que as medidas de acção implementadas, no âmbito da promoção de uma melhor qualidade de vida, para todos e em todos os sectores — Saúde, Educação, Habitação, Emprego, Segurança Social, etc. —, deverão contribuir, em si mesmas, para um efectivo desagravamento do problema da deficiência, seja diminuindo a sua incidência, seja facilitando o seu enquadramento eficaz.

Assim, a abordagem da deficiência e do processo de reabilitação deixou de fazer sentido no plano simplista, da aceitação passiva da desvantagem por parte da sociedade, antes ganhando um novo

espaço de intervenção mais alargado e coerente.»

Explanando melhor o seu pensamento, o dr. António Charana referiu, seguidamente, metas a atingir em termos de prevenção primária, secundária e terciária; questões relacionadas com a independência pessoal e económica, a autonomia efectiva do deficiente;



empenhamento do Estado, numa política nacional de reabilitação no contexto europeu; quadro jurídico e, ainda, recursos disponíveis, tanto a nível técnico como financeiro, situando-se, neste último quadro, as prioridades em, «optimizar e racionalizar a sua gestão, o que implica um grande investimento nos recursos técnicos e humanos e, promover a melhoria da acessibilidade aos recursos disponíveis através de uma informação e divulgação adequadas».

Ao falar, depois, na desejável concretização de soluções fidedignas, deu especial realce à necessidade não só de diagnóstico e caracterização de situações, seus objectos e objectivos, como também das acções a empreender na área dos recursos humanos, nomeadamente no respeitante aos profissionais da Reabilitação, acrescentando:

«Também a população — alvo de uma política de reabilitação integrada não é, já o grupo massificado em que a pessoa é reduzida à deficiência a tratar mas é, antes, a pessoa no seu todo a inserida no seu meio social imediato —, a família, a comunidade local e outras células sociais nas quais se joga em última análise a eficácia do processo de reabilitação.

Esta realidade põe em evidência a sensibilização e a informação como uma função central da Reabilitação neste novo contexto.»

Envolvimento das entidades particulares e do meio social e participação das estruturas locais e regionais e dos parceiros e agentes sociais e económicos, foram factores afirmados como imprescindíveis na prossecução das tarefas a cumprir, nas

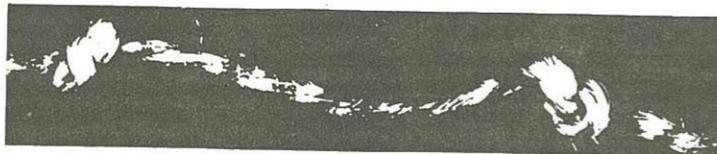
quais, quer o Secretariado Nacional de Reabilitação, directamente ou por meio do Conselho Nacional de Reabilitação, tem papel fundamental, já que:

«Uma política de Reabilitação integrada e coerente capaz de garantir, prever e gerir adequadamente os seus compromissos, não só no presente mas também com o futuro, depende de forma essencial das suas capacidades de coordenação.

Esta função deve ser dinamizada pelo plano nacional, mas também ao nível regional e local de modo concertado, promovendo e enquadrando a participação da própria pessoa com deficiência, suas famílias e associações vocacionadas para o seu apoio.»

Finalmente, o dr. António Charana não quis deixar de referir o trabalho desenvolvido pela dr.ª Guida Faria, sua antecessora no cargo, assim como o empenhamento pessoal do dr. Silva Peneda na resolução dos inúmeros problemas existentes, terminando por afirmar que o apoio, a cooperação e a abnegação de todos garantem que a pessoa com deficiência alcançará a cidadania plena.

Nós ...



Mantendo a continuidade de «casos legislativos» — que são muitos mais e de diversidade mais ampla do que à primeira vista poderia parecer, vamos hoje abordar a situação de deficientes profundos que, acidentados aquando da prestação de serviço militar, sofreram grave diminuição das suas capacidades gerais de ganho, em ocorrência considerada sem nexo de causalidade com aquela.

Recorda-se que os ex-militares, e muitos são, nestas condições, além de lhes não ser atribuída qualquer grau de incapacidade pela Junta Médica Militar que lhes dá «altas» hospitalar definitiva, não têm direito ao recebimento de qualquer pensão ou subsídio, nem mesmo a assistência médica ou social.

E, dentro destes casos, começámos por ouvir o sócio n.º 357, Mário Carvalho de Villa-Lobos (MCVL), a quem a Direcção-Geral de Saúde, entidade civil, atribuiu o grau 70,9 % de incapacidade.

ELO: Villa-Lobos, como foi então que ocorreu o seu acidente?

MCVL: Tendo prestado serviço militar, voluntá-

rio, na Força Aérea, desde SET71, fui mobilizado para Moçambique, onde me encontrava no AM51, em Mueda, como 1.º-cabo especialista — mecânico de rádio —, à data do acidente. Todo aquele primeiro dia de Outubro de 73 fora de exaustivo trabalho na preparação do material de voo para uma missão a desenvolver na madrugada seguinte e o jantar, tomado cerca das 17h30, já há muito esquecera.

ELO: E então...?

MCVL: E então, pelas 22 horas, com a fome a apertar, corremos os bares de oficiais, sargentos e praças, assim como a própria cozinha da unidade, não tendo sido possível encontrar qualquer coisa para comer. Daí resultou que me saí a mim ir ao aldeamento próximo em busca de mantimentos para todos. Já no regresso, em noite escura e muito nevoenta, caminhando, só e sem arma, por uma picada que ligava a mato onde existiam bases e núcleos da Frelimo, o célebre Vale de Miteda, acabei por aceitar a boleia, que anteriormente havia recusado, de um Unimog do Exército. Mas

em má hora o fiz, já que, um pouco adiante, a viatura, ao fazer uma curva mais difícil, subiu um monte, tendo eu, pelo solavanco, sido projectado, acabando por ficar entalado e preso debaixo da mesma, virada, do que me resultou esmagamento da perna direita e tumor lesional no cérebro.

ELO: Daí a sua evacuação para Lisboa?

MCVL: Sim, tendo passado ainda pelas enfermarias e hospitais militares de Mueda, Nampula, Lourenço Marques e Beira, até ir parar ao HMP-Anexo, dado que na altura não se encontrava concluído o HMFA, tendo tudo isto decorrido de OUT73, portanto, a AGO78, altura em que fui considerado incapaz para todo o serviço militar, sem grau de desvalorização, por não ser reconhecida relação directa entre o acidente e a prestação do serviço militar!

ELO: !?...

MCVL: Espanto? Mas é verdade! Entretanto, após a publicação do Decreto-Lei n.º 43/76, pedi a revisão do meu processo, no que dizia respeito à classificação do acidente, mas foi mantida a apreciação anterior. Note-se

que, perante a actual lei, eu aceito que a decisão é a correcta; o que ponho em causa é a legitimidade e justiça do espírito da própria lei.

ELO: Mas não têm sido feitos esforços para alterar tal estado de coisas?

MCVL: Creio que sim, mas talvez de forma pouco firme e determinada. Aliás, um dos meus reparos é para a actuação quer da ADFA, como organização, quer de alguns sócios — DFA's e «com relação com o serviço», que ao longo do tempo ser terão preocupado mais, e apenas, com a reivindicação, junto dos vários poderes, dos direitos destes, esquecendo-se que nós próprios nos envolvemos, com eles, e

desde a primeira hora, na luta para a sua obtenção.

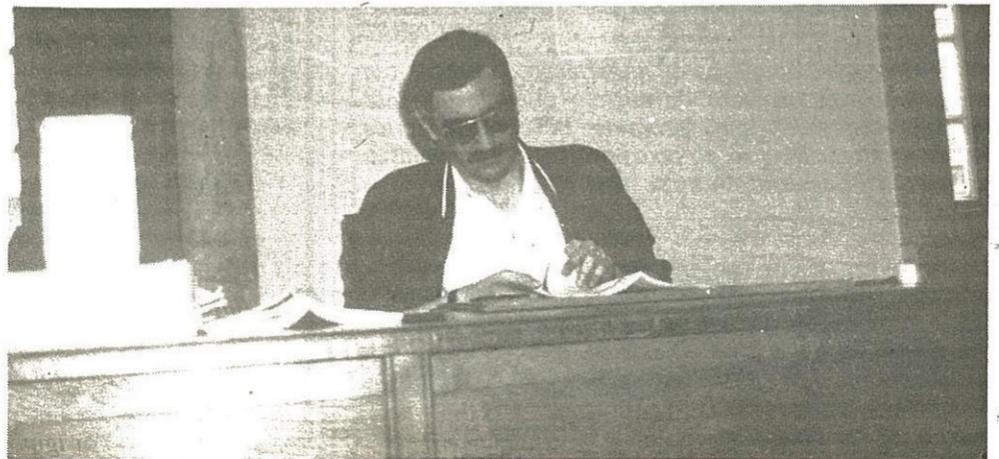
ELO: Mas está, digamos, preocupado com a Associação?

MCVL: Com certeza, até porque sou um dos seus fundadores. Só que a ADFA, cujos princípios e objectivos são socialmente honestos e correctos, deveria ter um papel mais importante relativamente aos interesses dos sócios mais desfavorecidos, até porque lhe compete, estatutariamente, apersentir a sua situação e reivindicações, como organização representativa de um movimento associativo de determinadas e específicas estruturas sociais.

E aqui pergunta-se se a actual Direcção Central

tem contemplado, devidamente, esta questão. Aliás, subjacente a esta dúvida têm que, forçosamente, nascer outras. Por exemplo, até que ponto se consegue fomentar o associativismo se não houver participação dos sócios? As últimas Direcções Centrais pouco têm trabalhado, ou conseguido, na junção dos associados, factor que penso primordial para a atribuição dos nossos direitos legislativos e, fundamentalmente, para a existência independente da ADFA, sem necessidade de se socorrer de recursos financeiro-políticos e de consequente subserviência política.

(Continua na pág. 10)



NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Neste período, o grande destaque sobre a nova Sede encontra-se no artigo referente às comemorações do 18.º aniversário da ADFA, respeitando à visita efectuada, no dia 14, às obras de construção do novo edifício, pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e por representantes dos Secretários de Estado do Equipamento e Tecnologias de Defesa e das Obras Públicas, no que foram acompanhados por elementos da Direcção Central e do Conselho Fiscal Central, assim como por significativo número de associados. De realçar, claro, a entrega de nova comparticipação do Ministério da Defesa Nacional, no valor de 35 mil contos.

Na nossa mais modesta, que não menos voluntariosa, contribuição, registamos o recebimento de 100 contos da «SOGRAL» e de 50 contos da «CODIFAR», a juntar aos donativos já registados na iniciativa da comissão de fundos de envio de cartas às mil maiores empresas nacionais, o qual, suspenso por uns tempos, foi retomado, agora que está impresso um desdobrável sobre a Associação e que passa nos dois canais da RTP, rubrica «Divulgação», a lista do ELO vai, ainda que mais devagarinho, também aumentado e este mês temos:

Transporte (ABR92) 10 207 523\$20

SÓCIOS

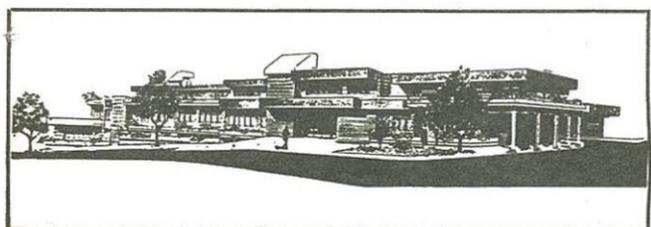
N.º	NOME	QUANTIA
(Sede)		
9 61	José B. Sardinha	20 000\$00
3 185	Joaquim V. S. Alves	10 000\$00
11 993	Fernando O. B. Abrantes	25 000\$00
7 631	Manuel J. B. Martins	1 000\$00
11 593	João L. A. Rialinho	5 000\$00
7 630	Luís F. J. B. Arnedo	2 000\$00
11 607	Fernando O. Domingues	5 000\$00
78	Francisco J. Alves	10 000\$00
9 930	Vítor M. S. Sineiro	10 000\$00
(Bragança)		
4 952	Sérgio A. Teixeira	5 000\$00
2 691	José M. B. Fornos	1 000\$00
(Funchal)		
8 282	Luís S. Sérgio	1 200\$00
(Porto)		
4 966	Manuel D. C. Silva	2 000\$00
4 610	Manuel M. Ferreira	2 000\$00
11 631	David G. Costa	10 000\$00
12 322	Manuel S. Pereira	1 000\$00
5 460	Abílio C. Rodrigues	5 000\$00
2 475	Manuel G. Pinto	5 000\$00
12 303	Arlindo S. Costa	5 000\$00
7 988	Cândido P. Reis	5 000\$00
2 862	Arnaldo C. S. Almeida	3 000\$00
5 172	José M. L. Azevedo	10 000\$00
10 368	José J. S. Pinto	2 000\$00
8 708	Orlando A. Teixeira	1 000\$00
(Setúbal)		
8 533	Ramiro J. P. Caetano	5 000\$00
6 001	Albertino S. Lopes	2 000\$00
8 442	António P. Salgado	5 000\$00
11 333	José A. R. Silva	5 000\$00
(Vila Nova de Famalicão)		
5 194	Adelino C. R. Araújo	10 000\$00

N/SÓCIOS

(Sede)		
	Gabriela G. Gonçalves	1 000\$00
	Ilda F. M. Baptista	500\$00

A transportar (MAI92) 10 382 223\$20

Entretanto a comissão de angariação de fundos tem em estudo um projecto de sorteio que, certamente, muito irá agradar pelos prémios, deveras aliciantes, que concederá. Mas só no próximo ELO, possivelmente, haverá já qualquer notícia mais concreta.



Nós ...

(Continuação da pág. 9)

ELO: Mas não espera que ainda haja mudança no panorama legislativo?

MCVL: Não vejo porque não, dado até porque eu próprio, já em Junho de 89, localizei um documento do tempo da ditadura — contrapondo-a aqui ao regime democrático agora vigente —, o Decreto-Lei n.º 13 375 de 30MAR27, repito, 1927, do que dei, na altura, conhecimento à DC, assim como já este ano lhe apresentei novos papéis com vista à possível elaboração de propostas legislativas sobre a nossa situação, decreto esse que também abrangia os deficientes militares «sem relação com o serviço» (*).

Parece-me mesmo que a própria ADFA, com esse projecto legislativo, deveria elaborar, urgentemente, uma estatística nacional sobre os defi-

cientes militares sem nexo de causalidade, para possibilitar uma correcta análise económica por parte do Ministério da Defesa Nacional, já que o Governo, até ao momento, não se tem mostrado receptivo a este problema, o qual também não é devidamente explicado e tratado, junto da opinião pública, pelos órgãos de Comunicação Social, tanto mais que qualquer destes dois Poderes parecem continuar a ter vergonha de aceitar e respeitar, nos devidos termos e dignidade, a existência dos deficientes militares portugueses da guerra colonial.

A concluir, posso dizer que, conforme os inúmeros contactos que mantenho com elementos da nossa sociedade e população, tenho a certeza que é muito mal entendida a existência de três tipos de qualificação para os

DFA's — os do serviço e os sem relação com o serviço —, para todos os que, em cumprimento de um Dever comum, se deficientaram em nome da Pátria; porque entendem que, perante o Poder/Lei, todos eles deveriam ser iguais.

(*) Por se considerar de um interesse que ultrapassa a mera evocação histórica, transcrevemos do citado Decreto-Lei n.º 13 375, o n.º 2 do seu Artigo 18.º, devendo ser realçado ainda todo o avançado e justo espírito que presidiu à sua apresentação,

tanto mais que o mesmo se preocupava, e justificava «considerando que é preciso evitar prejuízos causados pela demora da publicação do Código de Inválidos de Guerra», embora este estivesse já em elaboração:

«Os julgados incapazes do serviço activo ou de todo o serviço por motivo de lesões ou doenças «sem relação com o serviço militar» são colocados na situação de reserva ou reforma ordinária se forem oficiais, ou de reforma ordinária se forem praças de pré, com os vencimentos correspondentes a 15 anos de serviço se não tiverem direito a outros maiores pelo tempo de serviço que contarem.»

No espaço «Nós...» deste mês estava previsto continuar-se a transcrição da mesa-redonda sobre a questão das próteses e do atendimento médico nos hospitais militares, iniciada já em Março. No entanto, para não sobrecarregar demasiado esta edição, já bem preenchida com a reportagem do 18.º aniversário e com algumas das intervenções pela ocasião produzidas, para além de outros textos noticiosos, entendeu-se ser preferível adiar tal publicação para o mês que vem, limitando-nos hoje a apresentar mais um caso de foro legislativo.

PUBLICIS/IESA

EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma

CARRO DO ANO 1991

CONCESSIONÁRIO
RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)
 Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
 1900 LISBOA
 Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
 1700 LISBOA
 Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA
 Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

Mas as crianças, senhores...

UNICEF e o apelo de África

Decorreu em Lisboa, de 18 a 22 deste mês, a 37.ª Reunião Anual dos Comitês Nacionais para a UNICEF, o qual trouxe a Portugal diversas individualidades de vários países, nomeadamente, e pela primeira vez, o director executivo deste organismo da ONU, James Grant.

Tratando-se, normalmente, de um encontro de trabalho em que os principais responsáveis da UNICEF informam os representantes dos «comitês» nacionais dos 32 países mais industrializados das prioridades e da forma de intensificar os apoios indispensáveis aos programas nos países em

vias de desenvolvimento, este ano foi decidido, dada a extrema gravidade da situação da criança em África, realizar uma conferência sobre este tema, a qual teve lugar no passado dia 21.

Porque ELO tem tentado, nas suas páginas, dar o possível realce a esta questão — e muito mais gostaria de fazer —, vai, talvez no próximo número, publicar um outro trabalho, no qual não só se fará referência a esta reunião internacional como também ao Relatório da UNICEF sobre o ano de 1991.

Duas informações no entanto, podemos adiantar já:



— Dia da criança africana

O próximo dia 16 de Junho será o Dia da Criança Africana! Não hesites: nessa data preenche um cheque, ainda que só com a quantia possível de momento, e envia-o para Comité Português para a UNICEF — Av. António Augusto de Aguiar, 56, 3.º esq.º, 1000 Lisboa.

Se nos leres no mês que

vem, e gostaríamos que o fizesse, por todas as razões e mais esta, cremos que nos agradecerás termos-te dado/lembrado esta oportunidade. Não te esqueças, dia 16 de Junho. Ao ver, nesse dia, sorrir as nossas, as tuas crianças, lembra-te daquelas outras a quem tem sido dada, apenas, razão para chorar.



— Salvar uma vida

Para além desta acção isolada no dia 16, uma outra nos é oferecida em permanência, de uma forma que, se para nós — e eu acabei de a fazer, arrastando comigo alguns familiares e amigos, agradecidos! —, quase não é, digamos, perceptível em termos quer de trabalho quer de orçamento, para alguns — e um que fosse... —, pode significar a vida.

De facto, a AMI — e já nestas páginas se falou, várias vezes, na actividade e objectivos da organização portuguesa, ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL, em vários países do Mundo, nomeadamente PALOP's —, através de um seu panfleto, acaba de nos dar a conhecer alguns dos seus custos, ficando-se a saber, por exemplo, que a vacinação completa de uma criança fica pelos 1500\$00. Porque não, em gesto tão simples como humano, cada um de nós tomar a seu cargo, mensalmente, vacinar uma criança, pelo preço de meia dúzia de maços de tabaco ou de um normal jantar?

Vamos pegar, já, numa folha de carta e escrever:

«A Caixa Geral de Depósitos — balcão

Serve a presente para informar que, a partir do dia — deste mês, e mensalmente na mesma data, até ordem em contrário, deve ser transferida da minha conta n.º _____, nesse balcão, para a conta n.º 0698015714730 (AMI), na CGD/Rossio, a quantia de 1500\$00 (mil e quinhentos escudos), dentro do espírito da campanha do jornal «ELO», da ADF, «Salvar uma vida».

Com os melhores cumprimentos

a) _____

(assinatura conforme a que está na CGD)

B. I. n.º _____ sw _____ / _____ / _____ de
AI _____

Informa-se, para terminar, que esta transferência, feita dentro da mesma entidade bancária, não acarreta despesa para qualquer das partes.

Nota: se desejar dar conhecimento à AMI desta sua acção, deverá enviar para — AMI, Apartado 521, Carnaxide, 2795 LINDA-A-VELHA —, uma fotocópia desta carta.

E reconhece como é simples ajudar a SALVAR UMA VIDA!

Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
CORSA		
SW 1.0S 3P	1 086 255\$00	1 445 100\$00
SW 1.2NV 3P	1 143 980\$00	1 610 100\$00
SW 1.2NV 4P	1 266 579\$00	1 900 100\$00
SW 1.2NV 5P	1 192 698\$00	1 667 100\$00
GL 1.4NV 3P	1 252 903\$00	1 884 100\$00
GL 1.4NV 5P	1 301 621\$00	1 941 100\$00
JOY 1.4NV	1 362 305\$00	2 012 100\$00
SW 1.5D 3P	1 403 215\$00	2 145 100\$00
SW 1.5D 4P	1 488 685\$00	2 245 100\$00
ASTRA		
GL 1.2 3P	1 485 382\$00	2 156 100\$00
GT 1.4 3P	1 781 109\$00	2 502 101\$00
GL 1.4 4P	1 639 228\$00	2 336 100\$00
GLS 1.4 4P	1 772 561\$00	2 492 099\$00
GT 1.4 4P	1 866 579\$00	2 602 100\$00
GL 1.4 5P	1 528 117\$00	2 206 100\$00
GLS 1.4D 5P	1 729 826\$00	2 442 099\$00
GT 1.4 5P	1 823 844\$00	2 552 101\$00
GL 1.7D 4P	1 736 145\$00	2 847 100\$00
GL 1.7D 5P	1 693 410\$00	2 797 100\$00
ASTRA CARAVANS		
GL 1.4 5P	1 630 681\$00	2 326 100\$00
GLS 1.4 5P	1 823 844\$00	2 552 101\$00
CLUB 1.4 5P	1 900 767\$00	2 642 100\$00
GL 1.7D 5P	1 795 974\$00	2 917 100\$00
GLS 1.7D 5P	2 079 212\$00	3 242 100\$00
CLUB 1.7D 5P	2 156 135\$00	3 332 100\$00
VECTRA		
GL 1.4 4P	1 893 074\$00	2 801 951\$00
GL 1.4 5P	1 940 425\$00	2 694 350\$00
GL 1.7D 4P	2 270 590\$00	3 478 250\$00
GL 1.7D 5P	2 318 197\$00	3 533 950\$00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
UNO 45-3P	970 525\$00	1 286 764\$00
UNO 45S-3P	1 060 268\$00	1 391 764\$00
UNO 45S-5P	1 129 499\$00	1 472 764\$00
UNO 60S-3P	1 088 213\$00	1 477 764\$00
UNO 60S-5P	1 152 315\$00	1 552 764\$00
UNO 60 SX	1 256 589\$00	1 674 764\$00
UNO DIESEL 3P	1 231 259\$00	1 758 764\$00
UNO TURBO DIESEL 5P	1 603 261\$00	2 250 763\$00
TIPO 1.1	1 321 546\$00	1 750 764\$00
TIPO 1.4	1 420 099\$00	2 040 764\$00
TIPO 1.7D	1 469 404\$00	2 509 764\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 673 518\$00	2 337 264\$00
TEMPRA 1.4 (Carrinha)	1 732 065\$00	2 405 764\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.4 2 P	1 427 078\$00	2 049 504\$00
GOLF CL 1.4+4 P	1 486 927\$00	2 119 528\$00
GOLF GL 1.4 2 P	1 699 731\$00	2 368 508\$00
GOLF GL 1.4 4 P	1 754 445\$00	2 432 524\$00
GOLF GLTA 1.4 2 P	1 811 697\$00	2 499 508\$00
VENTO CL 1.4	1 658 690\$00	2 300 657\$00
VENTO GL 1.4	2 014 065\$00	2 712 892\$00
PASSAT CL TD 1.6	2 838 709\$00	4 011 314\$00
PASSAT GL TD 1.6	3 234 145\$00	4 470 019\$00
PASSAT VAR CL TD 1.6	3 071 397\$00	4 281 232\$00
PASSAT VAR GL TD 1.6	3 439 483\$00	4 708 211\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura, excepto para a marca Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Terças e sextas-feiras, às 13 horas
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas.
PSICOLOGIA — «Stress de guerra» dr.ª Paula Frazão	Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.
ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão	Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.
SERVIÇO SOCIAL Técnica de Serviço Social: dr.ª Gracinda Benedito	Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h.

Outros Serviços

SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE: Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00
BAR E CANTINA Segundas a sextas-feiras 10H00/14H00 15H30/18H00
SECÇÃO FOTOGRAFICA: Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

ASSUNTO: Vendas de viaturas para deficientes

Documentação necessária aos deficientes civis ao abrigo do Decreto-Lei 103-A/90 de 22 de Março 1990

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pela Delegação de Saúde da área: da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo Notário.

4 — Comprovação da liquidação ou de isenção do IRS dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas Finanças da área da sua residência.

Documentos necessários para os deficientes das Forças Armadas ao abrigo do Decreto Lei 43/76 de 20 de Janeiro

1 — Declaração da incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

JORNAL ASSOCIATIVO

Tem, sem dúvida, sido de reconhecido significado a adesão que os sócios têm vindo a dar às diversas realizações e actividades associativas já levadas a efeito no corrente ano, quer a nível nacional quer regional e local.

Da activa e participada Assembleia Geral Nacional e do I Encontro Nacional de Núcleos, em Alcobaça, que movimentou elevado número de representantes destas estruturas de base da ADFA e de sócios da área, às recentes comemorações, em Lisboa e em Coimbra, do 18.º aniversário da nossa Associação e, em Famalicão, da criação daquela delegação, tudo indicia que as acções a concretizar, no futuro, proporcionem vivência e contactos dignos da pujança já manifestada pelas centenas de sócios que, até ao momento, se envolveram nos actos até agora promovidos.

Espera-se, assim, como espelho do acontecido, que a participação não seja palavra vã, nos convívios a realizar a 14 e 27 de Junho, respectivamente em Bragança e Setúbal, e que a intervenção activa seja ponto de honra na reunião de sócios do próximo dia 23, na Sede.

Mas novas vivências se perspectivam. Em Setembro, grande encontro de sócios da área de Aveiras de Cima; em Outubro, reunião e reflexão entre órgãos sociais centrais, regionais e associados, da zona de Viseu; o ELO, por sua vez, para Novembro, já estuda as comemorações do seu 18.º aniversário; finalmente, em Dezembro, as diversas Festas de Natal constituirão ponto alto de confraternização e unidade da família ADFA.

PARTICIPAR, INTERVIR E CRITICAR, construtivamente, é o que a todos cabe, na certeza de que foi da informação, da discussão e da troca de opiniões que sempre se fortificou a seiva associativa que mantém viva e intensa a chama da ADFA desde 14 de Maio de 1974.

Reunião de sócios na Sede

Realizar-se-á, na Sede, no dia 23 de Junho, pelas 18 horas, uma reunião, aberta a todos os associados, para análise do actual momento da vida da ADFA, e onde, para além de temas de interesse que, na ocasião, possam surgir, se versarão os pontos seguintes:

- 1 — informações de carácter geral;
- 2 — legislação;
- 3 — construção da nova Sede, e
- 4 — revisão estatutária.

Aproveitar-se-á este encontro para examinar um ano de actividade dos actuais órgãos sociais centrais.

SÓCIO CONSCIENTE DA ÁREA DE LISBOA: a tua PRESENÇA e INTERVENÇÃO são garante do reforço da nossa dinâmica, alicerçada na participação militante daqueles que compõem esta grande organização.

Calendário associativo

- 14 JUN — Bragança: encontro comemorativo do 18.º aniversário da ADFA;
- 23 JUN — Sede: reunião de sócios, e
- 37 JUN — Setúbal: convívio associativo e sardinhada.



**COLABORANDO
E PARTICIPANDO
ENGRANDECES A ADFA
E PERSPECTIVAS
O TEU FUTURO!**



Setúbal

No dia 27 de Junho, criada tradição o convívio que, há anos, a Delegação de Setúbal tem vindo a organizar na sua área, com a participação, cada vez mais numerosa, de sócios daquela zona e de Lisboa, prevê-se, este ano, maior e mais alargada adesão, já que, em boa e associativa hora, Coimbra decidiu, com uma sua excursão, integrar tal confraternização.

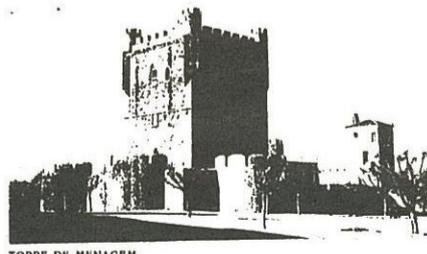
O desafio é nacional! Todos a Setúbal! Sardinhas há-as aos cardumes...

PARTICIPA!

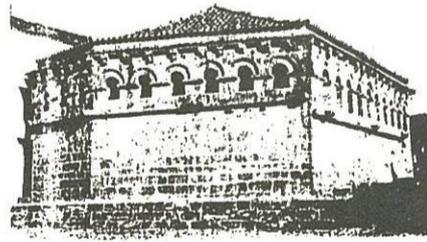
Bragança

Em encontro que pretende instituir como hábito associativo, a Delegação de Bragança torna a levar a efeito, este ano no dia 14 de Junho, um almoço comemorativo do 18.º aniversário da ADFA, onde se espera que a forte participação de sócios, aliada à presença de órgãos sociais centrais e regionais, constitua motivo e razão para a concretização de tal desejo.

A todos os associados, e famílias, da área, se apela a uma comparência massiva.

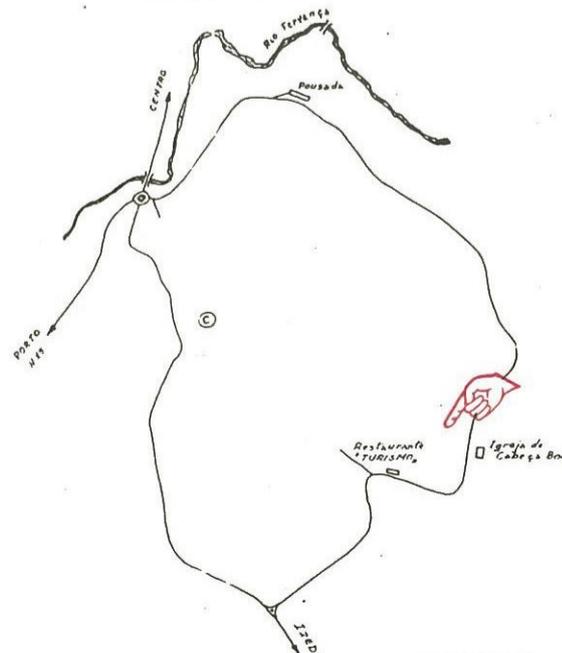


TORRE DE MENAGEM



DOMUS MUNICIPALIS

- 1º - Saída da IP4 Bragança Sul
- 2º - Entrada na Av. São Carneiro percorrendo - a em cerca de 800m.
- 3º - Saída da Av. São Carneiro pelo lado Dtº
- 4º - Entrada na EN 15 passando junto à Escola Superior Agrária e chegada à rotunda indicada no desenho. Seguir o trajecto do de-
- senho até à indicação do Restaurante.
- 5º - Se seguir o IP4 até ao seu termo, seguir para Bragança, passando junto ao Hospital, por baixo do viaduto e a cerca de 50m, seguir pelo lado direito e ao fundo da rua também à direita. Entrando na ponte do Rio Fervença, aparece de imediato a rotunda indicada no desenho, seguindo o trajecto do mesmo



BRAGANÇA
© circuito turístico 7Km